



Saída da crise é pela esquerda

Foto: Roberto Parizotti/CUT



Trabalhadores tomam as ruas em defesa da democracia e por reformas populares!

Milhares de brasileiros ocuparam as ruas e praças de pelo menos 30 cidades do país nesta quinta-feira, 20, por direitos, liberdade e democracia. Fruto de uma construção coletiva dos movimentos sociais, sindicais e estudantis, as manifestações deram o recado tanto para os golpistas, quanto para o governo Dilma: a saída da crise é pela esquerda. Nas principais capitais do país, faixas e cartazes defendiam a democracia e as conquistas sociais dos últimos anos, condenando as tentativas de golpe e as manobras da direita para impor a agenda conservadora que foi derrotada nas urnas, no ano passado.

Ao contrário dos protestos midiáticos do dia 16, marcados pela intolerância e pelo ódio de classe dos que ferem a democracia, as manifestações do dia 20 tiveram uma agenda claramente a favor do país e do povo brasileiro. Fim do ajuste fiscal

e da política econômica recessiva, mais emprego, mais direitos, mais investimentos sociais, mais reformas populares, cobravam jovens, homens, mulheres, brancos, negros, gays, trabalhadores do campo e da cidade. Cartazes contra Cunha e Renan eram carregados ao lado de faixas exigindo a saída do ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Serra e outros entreguistas do pré-sal também foram alvo dos manifestantes, assim como os gestores da Petrobrás. Vestidos com seus uniformes laranja, os petroleiros levaram para as principais capitais do país faixas e palavras de ordem contra o desmonte da estatal e o PLS 131. O coordenador da FUP, José Maria Rangel, participou do ato no Rio de Janeiro, que arrastou mais de 20 mil pessoas pelo centro da cidade, em direção à Cinelândia. "A democracia é o grande valor da sociedade bra-

sileira e muitos sucumbiram na ditadura militar para defender a liberdade", destacou.

"Queremos respeito à democracia. Quem perdeu a eleição não pode continuar paralisando o país na tentativa de um terceiro turno", criticou o presidente da CUT, Vagner Freitas, condenando o ajuste fiscal do governo, na manifestação que levou cerca de 90 mil pessoas à Avenida Paulista. "Essa política neoliberal é nefasta para os trabalhadores. É preciso taxar as grandes fortunas. Quem ganha mais que pague mais", ressaltou.

O recado dos milhares de trabalhadores que foram às ruas no dia 20 foi claro: não ao golpe e à intolerância e que o governo faça valer o projeto político eleito nas urnas, através de reformas populares e não da atual política econômica recessiva.

● Em defesa do pré-sal, da educação e da indústria

Seminário constrói jornada de luta contra o PLS 131

Mais de 30 entidades representativas dos movimentos sindical e social se reuniram em São Paulo, nos dias 18 e 19, para debaterem estratégias conjuntas de luta para se contrapor à privatização do setor energético, principalmente no que diz respeito aos ataques que estão em curso contra o pré-sal e a Petrobrás. Organizado pela Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, o seminário "Energia, educação e indústria no Brasil" contou com a participação de petroleiros, eletricitários, metalúrgicos, engenheiros, professores, químicos, trabalhadores rurais, entre outras categorias, que aprovaram uma jornada nacional de lutas em defesa da Petrobrás e do pré-sal. A primeira grande mobilização será no dia 03 de outubro, quando a empresa completa 62 anos de existência.

Durante o debate, o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Paulo Cayres, frisou a importância da luta contra o PLS 131, projeto do senador José Serra (PSDB/SP) que tem por objetivo acabar com a obrigatoriedade de participação mínima da Petrobrás em todos os campos do pré-sal e tirar da empresa a função de operadora única. "O que está em risco é a soberania nacional e o futuro



da Petrobrás. Aumento de salário e desemprego são pautas, mas a Petrobrás diz respeito ao projeto de país que queremos e, portanto, é fundamental não apenas para os metalúrgicos, como para todas as categorias de trabalhadores brasileiros", ressaltou.

A dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Selene Michielin, enfatizou a importância da Petrobrás e do pré-sal para o Plano Nacional de Educação, reafirmando

o compromisso dos professores na luta contra o PLS 131. Gilberto Cervinski, um dos coordenadores do MAB, alertou para os riscos dos entreguistas repetirem com a indústria petrolífera nacional o que fizeram com o sistema de energia elétrica nos anos 90. "O neoliberalismo e as privatizações transformaram o setor elétrico em um centro de especulação, muito parecido com um paraíso fiscal", declarou.

O coordenador da FUP, José Maria Rangel, destacou que a

Petrobrás e o pré-sal têm que ser tratados como política de Estado, pois geram riqueza para o país e investimentos sociais que precisam ser preservados. "Precisamos unir forças para combater o projeto do Serra, que é apenas o primeiro passo para acabar com o regime de partilha do pré-sal. Os professores e estudantes, por exemplo, são fundamentais nessa batalha, pois sem a Petrobrás e sem a lei de partilha, não tem como financiar a melhoria da educação", declarou.

Após golpe de Renan, senadores lutam para suspender Comissão Especial

Os senadores Lindbergh Farias (PT/RJ), Roberto Requião (PMDB/PR) e Telmário Mota (PDT/RR) ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de liminar, cobrando a suspensão da Comissão Especial, que trata do PLS 131. Os senadores querem reverter na Justiça o golpe do presidente do Senado, Renan Calheiros, que alterou por conta própria a composição da Comissão, reduzindo a participação dos senadores

nacionalistas, que eram maioria e agora são minoria. Além disso, Renan designou aliados de Serra para ocupar a Presidência e a Relatoria da Comissão.

Na ação que corre no STF, os parlamentares destacam que a manobra de Renan Calheiros fere as normas internas do Senado e a "proporcionalidade partidária constitucionalmente obrigatória". Os senadores também alertam o Supremo sobre os riscos da Co-

missão do PLS 131 seguir adiante sem a devida legitimidade. "Mesmo diante dos apelos dos Impetrantes e de outros prejudicados pelos atos do Presidente do Senado, foram aprovados 14 requerimentos", destaca a ação, reiterando que a Comissão "está em pleno funcionamento com membros ilegítimamente indicados e designados pelo Presidente do Senado". No último dia 19, a sessão da Comissão Especial foi cancelada.

Novo habeas corpus - A FUP garantiu a extensão do habeas corpus expedido pelo STF, autorizando o acesso dos petroleiros às instalações do Senado para acompanhar todas as sessões e votações referentes ao PLS 131. Na semana passada, Renan Calheiros barrou a entrada dos dirigentes da FUP, descumprindo o habeas corpus que havia sido concedido pelo Tribunal no dia 03 de agosto.

• Desmonte da Petrobrás já começou, com venda de 25% da BR

A resposta é greve!

Foto: Sindipetro Unificado SP



A Petrobrás divulgou fato relevante no dia 18, anunciando a decisão do Conselho de Administração, que autorizou a oferta pública de pelo menos 25% do capital da BR Distribuidora, empresa avaliada em 10 bilhões de dólares, líder do mercado nacional venda de combustíveis do país e responsável pelo abastecimento de mais de 10 mil empresas, incluindo indústrias, termoeletricas, companhias de aviação e de transportes terrestres. Os gestores da Petrobrás já estudam também a reestruturação da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária responsável pela estratégica malha de gasodutos da estatal.

É apenas o começo do desmonte do Sistema Petrobrás. Mais do que nunca, é urgente barrar esse processo. Por isso, entre os dias 24 e 26, a FUP e seus sindicatos

Se o compromisso dos gestores da Petrobrás é com o mercado, o dos trabalhadores é defender o patrimônio do povo brasileiro

realizam um novo Conselho Deliberativo, cujo foco principal será a construção de uma greve nacional. A pauta política aprovada pela categoria, e que muitos gerentes desdenham pelos corredores da Petrobrás, exige a suspensão imediata do atual Plano de Negócios e Gestão da empresa, onde está prevista a venda 57,7 bilhões de dólares em ativos, além de cortes de 76 bilhões de dólares em in-

vestimentos e despesas.

Se levadas adiante, essas medidas significarão imensos prejuízos para a nação brasileira, com perda de soberania e impactos diretos na economia nacional. Sem falar que a crise na indústria petrolífera já despejou no mercado internacional cerca de um trilhão de dólares em ativos que estão sendo ofertados pelas empresas do setor.

Patrimônio:
US\$ 10 bilhões

Empregados:
4.000

Postos de combustível:
7.000

Posição no mercado:
líder nacional (35% do setor)

Ou seja, a Petrobrás quer vender subsidiárias e ativos estratégicos a preço de banana.

"Isso nada mais é do que uma privatização. A estratégia da empresa é reduzir sua participação direta na cadeia produtiva de energia, abrindo mão de fomentar um projeto de desenvolvimento da indústria nacional", alerta Deyvid Bacelar, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração. A categoria já viu esse filme antes, quando a Refap e outras unidades foram postas a venda pelo governo FHC, mas os trabalhadores resistiram e impediram na luta a privatização da estatal.

Se o compromisso dos gestores da Petrobrás é aumentar a rentabilidade dos acionistas, o dos trabalhadores é defender o patrimônio que a categoria construiu a duras penas e com muito orgulho nesses 62 anos da companhia. Os entreguistas não passarão!

PrimeiraMão

**Boletim da FEDERAÇÃO
ÚNICA DOS PETROLEÍROS**
www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎(21)3852-5002 imprensa@fup.org.br

Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 - Texto: Alessandra Murteira Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leonardo Urpia, Leopoldino, Moraes, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

Três décadas após Enchova, lição que fica para o SMS é de que "o crime compensa"

TRAGÉDIA NO MAR

Incêndio na plataforma de Enchova; operários descem no barco salva-vidas; os cabos de sustentação rompem-se; a embarcação cai de uma altura de 30 metros; até agora são 36 mortos e 25 desaparecidos



Parentes de funcionários que trabalhavam na plataforma entram em desespero, em Macaé, sem saber se seus maridos, irmãos ou filhos estão entre os mortos

Até o momento são 36 os mortos no acidente de ontem na Plataforma de Enchova, da Petrobrás, no litoral de Campos. Há também 25 desaparecidos e a previsão de policiais da delegacia de Macaé, cidade em que foram concentradas as operações de resgate e socorro às vítimas, é de que o número de vítimas fatais possa chegar a 60. Segundo nota oficial da Petrobrás, às 3h30m de ontem, ocorreu um incêndio devido a vazamento de gás. As equipes de segurança conseguiram apagar o fogo, mas momentos depois houve outro incêndio. "Por medida de segurança - diz a nota - desde a primeira ocorrência começaram a ser evacuadas as equipes

Há 31 anos, os trabalhadores da Petrobrás viveram cenas de horror na Baía de Campos, quando 37 companheiros morreram em um acidente na plataforma de Enchova, no dia 16 de agosto de 1984. Foi a maior tragédia da indústria petrolífera brasileira e de lá pra cá, centenas de trabalhadores foram vítimas de vários outros

acidentes, evidenciando a negligência dos gestores da Petrobrás com a vida humana.

Em fevereiro deste ano, nove petroleiros morreram em uma explosão na FPSO Cidade de São Mateus, no Espírito Santo, e a Petrobrás, não só isentou de qualquer responsabilidade a BW Offshore, como ainda enalteceu

a política de segurança da empresa, alegando que está entre as melhores práticas do mundo. Vários depoimentos de trabalhadores comprovaram que o vazamento de gás que causou a explosão na plataforma era recorrente e que os gerentes sabiam disso. O cipista que tentou elucidar o vazamento, além de

ter sido desqualificado pela comissão que apurou o acidente, ainda foi arbitrariamente afastado da plataforma.

Passados seis meses deste emblemático acidente, a FUP questionou por diversas vezes os gestores de SMS da Petrobrás, criticando-os por não terem aprendido nada com a sucessão de erros que resultou na morte de nove trabalhadores. Ledo engano. A cada vida perdida, a cada petroleiro mutilado, os gerentes da empresa tiram, sim, uma importante lição: o que vale mesmo são os resultados alcançados. Afinal, descumprir normas de segurança e negligenciar a legislação pode matar, mas também promove.

Uma coordenadora de SMS do E&P da UO Rio foi denunciada pelo Sindipetro-NF em 2012 por orientar textualmente seus funcionários a descumprirem as NRs. E o que aconteceu com ela? Foi promovida a gerente setorial do E&P Sul/Sudeste. Já os técnicos de segurança que ousam fazer valer as normas e procedimentos, estes são transferidos e perseguidos pelo mesmo E&P da UO Rio, que promove e elogia quem descumpra NRs.

Para os gestores de SMS da Petrobrás, vale aquela triste máxima que cansamos de ver por aí: o crime compensa.

Presidente da Câmara pisa no acelerador e faz passar agenda conservadora

Às vésperas de ser denunciado pela Procuradoria Geral da República, por envolvimento em atos de corrupção e de lavagem de dinheiro, o presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), colocou em votação no último dia 19 o Projeto

de Emenda à Constituição 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. O texto, que já havia sido aprovado em primeiro turno no início de julho, após uma manobra grosseira de Cunha, foi novamente ratificado pelos deputados. O projeto segue agora para

o Senado e, se passar, colocará o Brasil na contramão do mundo, onde 70% dos países estabelecem 18 anos como idade penal mínima.

Uma semana antes de por em votação a redução da maioridade penal, Eduardo Cunha aprovou em definitivo

na Câmara o PEC 182/07, que libera o financiamento privado de campanhas eleitorais, principal porta de entrada para a corrupção no Brasil. O projeto, que também já havia sido aprovado em julho, em primeiro turno, será objeto de debate agora no Senado.

Foto: Internet



E agora, Cunha?

Eduardo Cunha, ferrenho defensor do impeachment da presidente Dilma e tratado pela oposição como arauto do combate à corrupção, foi denunciado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo a denúncia, Cunha recebeu propinas de pelo menos cinco milhões de dólares para facilitar a contratação do estaleiro Samsung para construção de sondas da Petrobrás. Ainda segundo a denúncia, o presidente da Câmara depositou a propina em contas bancárias no exterior, através de empresas de fachada. Além disso, Eduardo Cunha é acusado de achacar os executivos da Samsung, através de chantagens e requerimentos que passaram pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.